



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1600960 - GO (2019/0306392-4)**

**RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI**  
**AGRAVANTE : MARIA DAS GRACAS SANTOS**  
**ADVOGADO : AGMAR VIEIRA SANTOS - GO031380**  
**AGRAVADO : WALTER TINOCO DOS SANTOS**  
**ADVOGADO : DANILLO MASTROIANNI MARINHO OLIVEIRA - GO026202**

### EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE ANULAÇÃO DE NEGÓCIO JURÍDICO. RECURSO ESPECIAL. INTEMPESTIVIDADE. SUSPENSÃO DE EXPEDIENTE FORENSE. FERIADO LOCAL. COMPROVAÇÃO. DOCUMENTO IDÔNEO. MOMENTO. INTERPOSIÇÃO DO RECURSO. APLICAÇÃO DO CPC/2015.

1. Nos termos do art. 1.003, § 6º, do CPC/2015, o recorrente comprovará a ocorrência de feriado local ou a suspensão do expediente forense do Tribunal de origem no ato de interposição do recurso, o que impossibilita a regularização posterior.

2. A comprovação de feriado local ou de suspensão de expediente forense no Tribunal de origem deve ser efetivada mediante a apresentação de documento oficial idôneo, como cópia do ato normativo em que prevista a suspensão ou certidão lavrada pela Corte de origem. Precedentes.

3. Considerando que o recurso especial foi interposto sob a égide do CPC/2015 e que não houve a comprovação de suspensão de expediente forense quando de sua interposição, não há como afastar a intempestividade do recurso.

4. Agravo conhecido. Recurso especial não conhecido.

### DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por MARIA DAS GRACAS SANTOS , contra decisão que negou seguimento a recurso especial fundamentado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional.

**Ação:** de anulação de negócio jurídico ajuizado pela agravante, em desfavor de WALTER TINOCO DOS SANTOS, referente a escritura de compra e venda de imóvel.

**Juízo de admissibilidade:** inadmitiu o recurso especial ante sua intempestividade, tendo em vista a ausência de comprovação da suspensão

do expediente forense durante o transcurso do prazo recursal.

**Agravo em recurso especial:** defende, em síntese, a tempestividade do apelo nobre, em razão de dilação do prazo recursal ocasionada pela suspensão de expediente forense durante a sua fluência, bem como a possibilidade de saneamento do vício formal não considerado grave.

## **RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.**

**Julgamento:** aplicação do CPC/2015.

Compulsando os autos, verifica-se que o recurso especial é intempestivo, pois o acórdão foi publicado em 31/05/2019 (e-STJ, fl. 350), sendo o recurso especial somente interposto na data de 25/06/2019 (e-STJ, fl. 351), quando já ultrapassado o prazo previsto no art. 1.003, § 5º, do CPC/15.

De fato, na petição do referido recurso, a agravante deixou de juntar qualquer documento apto a demonstrar a existência de feriado local ou de suspensão do expediente forense durante o transcurso do prazo recursal de 15 (quinze) dias úteis.

Segundo o entendimento desta Corte, a comprovação de feriado local ou de suspensão de expediente forense no Tribunal de origem deve ser efetivada mediante a apresentação de documento oficial idôneo, como cópia do ato normativo em que prevista a suspensão ou certidão lavrada pela Corte de origem. Nesse sentido: AgInt no AREsp 1245600/SP, Quarta Turma, DJe 23/08/2018; AgInt no AREsp 1189190/SP, Terceira Turma, DJe 01/06/2018.

Ademais, a jurisprudência do STJ firmou o entendimento de que, nos termos do art. 1.003, § 6º, do CPC/2015, o recorrente deve comprovar a ocorrência de feriado local no ato de interposição do recurso, o que impossibilita a regularização posterior, ao contrário do que entendia este Tribunal na vigência do CPC/73.

Com efeito, a Corte Especial do STJ definiu, na sessão do dia 20/11/2017, ao julgar o AgInt no ARESP 957821, que "seja em função de previsão expressa do atual Código de Processo Civil, seja em atenção à nova orientação do STF, a jurisprudência construída pelo STJ à luz do CPC/73 não subsiste ao CPC/15: ou se comprova o feriado local no ato da interposição do respectivo recurso, ou se considera intempestivo o recurso, operando-se, em consequência, a coisa julgada" (AgInt no AREsp 957.821/MS, Corte Especial, DJe 19/12/2017).

Por conseguinte, considerando que o recurso foi interposto sob a égide do novo regramento processual e que deixou o agravante de comprovar a ocorrência de feriado local quando da interposição de seu recurso especial, deve ser reconhecida a intempestividade do referido recurso.

Forte nessas razões, CONHEÇO do agravo e, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15, NÃO CONHEÇO do recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, considerando o trabalho adicional imposto ao advogado da parte agravada em virtude da interposição deste recurso, majoro os honorários fixados anteriormente em 15% sobre o valor da causa (e-STJ fl. 345) para 17%.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar na condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de março de 2020.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI  
Relatora